



REGIMENTO INTERNO

**OLONÓPOLE - CE
Novembro/2025**



DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Solonópole (CME), criado pela Lei N°. 511/97, de 02 de Julho de 1997 e alterada pela Lei Municipal nº 1.627/2022, de 21/06/2022 e pela Lei Municipal nº 1.697/2023, de 24/11/2023, é organizado na forma de órgão colegiado municipal de caráter permanente, com atribuições de caráter normativo, consultivo, deliberativo, propositivo, mobilizador e, não menos importante, fiscalizador, de forma a assegurar a participação da sociedade civil e ao assessoramento ao Secretário Municipal de Educação com a finalidade de orientar e/ou estabelecer as políticas de Educação do Município de Solonópole - Ceará.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação de Solonópole tem por finalidades participar nas discussões pertinentes, acompanhar o recenseamento e a matrícula da população em idade escolar para a educação infantil e ensino fundamental, solicitar, analisar e dar parecer quanto à avaliação da ação pedagógica nas instituições do sistema municipal de educação e em todos os seus níveis, etapas e modalidades, formular e implementar as políticas municipais de educação, contribuindo para a gestão democrática do ensino público e elevação da qualidade da educação e dos serviços educacionais.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO E POSSE

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação é composto por oito (8) conselheiros/as titulares e oito (8) conselheiros/as suplentes, eleitos/indicados pelos seus respectivos segmentos e terá a seguinte composição:

- a) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Secretaria Municipal da Educação*;
- b) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Diretores das Escolas Públicas Municipais*;
- c) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Professores das*



Escolas Públicas Municipais;

d) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Secretários/as Escolares;*

e) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Sociedade Civil;*

f) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Comunidade de Pais e Mães dos Alunos das Escolas Municipais;*

g) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Escolas Privadas;*

h) um (1) representante titular e um (1) suplente do segmento *Poder Legislativo.*

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de 4 anos permitida a recondução e não será remunerado por ser considerado serviço de relevância social.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação será representado por um/a (1) Presidente, um/a (1) Vice-Presidente e um/a (1) Secretário/a Geral eleitos/as entre seus membros para o mandato de igual período do restante do colegiado.

Art. 4º O termo de posse dos/as membros/as do Conselho será expedido pelo/a Gestor/a Municipal e terá registro em ata lavrada contendo a assinatura dos/as novos/as conselheiros/as empossados/as.

§ 1º - Os/as conselheiros/as serão empossados/as pelo/a Prefeito/a ou pelo/a Secretário/a Municipal de Educação ou, extraordinariamente, por agente público designado por portaria específica para tal fim.

§ 2º - Será facultado ao presidente ou outro(a) conselheiro(a) designado(a) por ele(a) a posse de novos membros que vierem a fazer parte do CME ao longo do mandato.

Art. 5º São impedidos de integrar o Conselho Municipal de Educação cidadãos(ãs) com impedimento legal e/ou respondendo processo administrativo.

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação, compor-se-á de:

I - Plenário;



II - Diretoria;

DO FUNCIONAMENTO E COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DO CONSELHO

DO PLENÁRIO

Art. 7º Ao Plenário compete:

- I - discutir e deliberar sobre os assuntos relacionados às suas competências;
- II - analisar e deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;
- III - dispor sobre as normas e baixar atos relativos ao funcionamento do Conselho;
- IV - decidir sobre o pedido de urgência e de prioridade das matérias constantes da ordem do dia da respectiva sessão;
- V - discutir e decidir sobre os assuntos relacionados com propostas ou sugestões, moções ou indicações, providências ou medidas do que resultem manifestações do Conselho;
- VI - julgar os recursos interpostos contra decisões do Presidente;
- VII - alterar e aprovar atas das sessões do Conselho;

Parágrafo único. São integrantes do plenário os Conselheiros Titulares e os Suplentes.

Art. 8º As reuniões/sessões ordinárias do Conselho serão realizadas *mensalmente*, mediante disponibilidade dos/as conselheiros/as em quantidade suficiente para quórum.

§ 1º A reunião/sessão não será realizada se o quórum não se completar até 15 (quinze) minutos após a hora de início designada em peça convocatória, seja ela física ou por meio eletrônico, sendo tal ocorrido lavrado em termo circunstanciado mencionando os/as conselheiros/as que se fizeram presentes e os que justificadamente não compareceram.

§ 2º Quando a quantidade de participantes for insuficiente em primeira (1ª)



convocação, a Secretaria Geral deverá lavrar no termo circunstanciado o relato da ocorrência e nova convocação, na mesma data, poderá ser expedida aos presentes para, no mínimo, trinta minutos (30 min) após a hora agendada da primeira (1ª) convocação, dispensada a verificação de quórum, porém, com impedimento de deliberações que impactem relevantemente a criação e/ou alterações de diretrizes educacionais de natureza vital para o sistema municipal de ensino.

§ 3º O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do(a) seu(sua) Presidente ou pela maioria absoluta (primeiro número inteiro superior à metade) do total dos/as membros/as do colegiado ou ainda extraordinariamente pelo Secretário Municipal de Educação.

§ 4º O objeto de que trata o caput deste artigo tem a flexibilidade de sua ocorrência no formato seja presencial seja virtual, entretanto, que leve em consideração a ciência, análise, jugo e, quando for o caso, parecer conclusivo dos/as conselheiros/as participantes à reunião/sessão para o assunto/tema oriundo da pauta do dia e/ou extrapauta que tenha se tornado de relevância para o momento.

§ 5º A Presidência, assessorada pela Secretaria Geral do CME, lançará mão de estratégia(s) que registre(m) a “presença” dos/as conselheiros/as consignando-os à pauta da reunião/sessão.

§ 6º Todo/a e qualquer conselheiro/a tem direito à palavra sobre a matéria em discussão ou ainda que vencida.

§ 7º A forma de votação dos assuntos tratados será por aclamação, tendo a Secretaria Geral a incumbência de lavrar em ata a citação dos/as conselheiros/as que se manifestaram contra e favor à matéria deliberada.

§ 8º Não é permitida a abordagem de matérias alheias à pauta do dia, bem como outros atos similares que concorram paralelamente e que contribuam para a dispersão dos/as conselheiros/as, exceto nos casos de concordância unânime dos/as presentes à reunião/sessão.



§ 9º Passa a vigorar à partir da data de aprovação da versão do presente Regimento Interno, sob o olhar jurídico e após constatação da inexistência de qualquer aspecto impeditivo, a lavratura virtual e impressa em pasta própria para fins de documentação e arquivamento fazendo parte do dossiê deste Conselho, as atas e demais atos normativos inerentes e pertinentes à natureza do mesmo, expedidos por este colegiado seja de forma coletiva, seja na forma “*ad referendum*”.

Art. 9º As deliberações dos assuntos tratados em cada reunião serão registradas em ata, a qual será lida, julgada e assinada na reunião/sessão subsequente.

Da ordem dos trabalhos e discussões

Art. 10. As reuniões/sessões do Conselho obedecerão à seguinte sequência dos trabalhos na pauta do dia:

- I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II - comunicações da Presidência;
- III - comunicações dos segmentos;
- IV - ordem do dia;
- V - encaminhamentos.

Art. 11. A convocação para reunião/sessão ordinária ou extraordinária do CME será destinada a todos os membros titulares.

Parágrafo único. Participam das sessões e demais atividades do conselho, necessariamente, os seus membros titulares e, na ausência destes, os suplentes, com direito a voz e voto.

Art. 12. Em caso de vacância de assento de qualquer segmento, deverá a diretoria do CME por meio da Secretaria Geral, oficial a Secretaria da Educação comunicando a vacância para que se proceda com a substituição da representação garantindo sempre a participação de todos os segmentos contidos na lei.

§ 1º A nomeação do substituto dar-se-á para completar o prazo do mandato.



§ 2º A vacância de qualquer conselheiro/a dar-se-á nas seguintes hipóteses:

I - falecimento;

II - renúncia;

III - enfermidade que tenha exigido afastamento contínuo por mais de cento e vinte (120) dias;

IV - procedimento incompatível com a dignidade da função, o qual deve ser julgado pelo plenário do CME;

V - desligamento da entidade que representa.

Art. 13. A justificativa de falta, quando se fizer, deverá ser apresentada à diretoria do CME e registrada em ata na data da reunião/sessão subsequente.

Das decisões e votações

Art. 14. As deliberações coletivas deverão ser tomadas pela maioria simples [mais de *cinquenta por cento* (50% + 1)] dos membros titulares presentes à reunião/sessão.

Art. 15. Cabe ao Presidente o “voto de Minerva” (desempate) nas matérias em votação.

Art. 16. As decisões do Conselho serão registradas em ata e seguirão metodologia conforme § 9º do **Art. 8º** deste Regimento.

Da eleição da diretoria do conselho

E suas competências

Da Presidência, da Vice-presidência e da Secretaria Geral

Art. 17. A diretoria do CME, exercida por um/a (1) Presidente, um/a (1) Vice-Presidente e um/a (1) Secretário Geral é a instância executiva do colegiado que coordena e atua como regulador dos trabalhos e tem como obrigação zelar pelo fiel cumprimento da legislação educacional em representação ao colegiado, nos termos



do presente Regimento.

§ 1º O Conselho Municipal de Educação, conforme Lei Municipal Nº 511/1997, **Art. 17**, modificada pela **Lei nº 1.697/2023**, será representado por um/a (1) Presidente, um/a (1) Vice-Presidente e um/a (1) Secretário/a Geral que serão eleitos/as por seus/uas pares.

§ 2º Na ausência permanente do/a presidente, do/a vice-presidente e do/a secretário/ageraleleito/a deverá ocorrer nova eleição.

§ 3º Na ausência do/a Presidente ou em seus impedimentos, a Presidência do CME será exercida pelo/a Vice-Presidente interinamente.

§ 4º Ficam impedidos de assumirem, por tanto, impedidos de serem votados para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do CME os/as representantes do segmento do *Poder Legislativo* por serem agentes políticos.

§ 5º Nos impedimentos ou ausências do/a Presidente e do/a Vice-Presidente, poderá presidir o Conselho membro/a (preferencialmente titular ou na ausência deste, um/a suplente) previamente designado/a pela Presidência.

Art. 18. Compete à Presidência do Conselho:

- I - convocar os/as titulares e convidar os/as suplentes de cada segmento do conselho para as reuniões/sessões ordinárias e extraordinárias através de peça de comunicação e com a pauta antecipada (conforme possibilidade).
- II - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades.
- III - resolver questões de ordem do Conselho.
- IV - coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do conselho;
- V - dirimir as questões de ordem.
- VI - representar o Conselho em instâncias e eventos, bem como em demais atribuições que o cargo lhe exige.

Art. 19. À Vice-presidência do Conselho compete substituir a Presidência em todas as suas atribuições quando de suas ausências e impedimentos.



Art. 20. À Secretaria Geral do Conselho compete:

- I - redigir, digitar documentos e atos do conselho deliberados em plenária ou por determinação da Presidência;
- II - encaminhar convocações para as reuniões/sessões plenárias;
- III - elaborar relatórios das atividades do Conselho anualmente ou sempre que solicitado pela Presidência;
- IV - secretariar as reuniões/sessões plenárias, redigindo e digitando as atas e submetendo-as à respectiva leitura e colhendo as assinaturas;
- V - zelar pela guarda de todos os documentos e registros administrativos do CME;
- VI - organizar e manter atualizados os registros dos membros;
- VII - manter os membros do Conselho informados sobre todas as ações da Presidência;
- VIII - expedir convites e convocações para reuniões/sessões ordinárias e para as extraordinárias conforme for definido pela Presidência.

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 21. Compete aos/às membros/as do Conselho:

- I - relatar nos prazos estabelecidos as matérias que lhes foram atribuídas pelo/a Presidente/a do Conselho;
- II - comparecer às reuniões/sessões ordinárias e extraordinárias;
- III - sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- IV - assistir às reuniões/sessões e tomar parte das decisões;
- V - submeter ao plenário todas as medidas julgadas úteis ao efetivo desempenho das funções de Conselheiros;
- VI - representar o CME, quando solicitado pela Presidência;
- VII - desempenhar atribuições inerentes à função que lhes forem confiadas pela Presidência do Conselho;
- VIII - participar de reuniões/sessões, fóruns, conferências e demais eventos a que



foram convocados;

IX - tratar com respeito e cordialidade os/as demais conselheiros/as.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22. As propostas de alteração total ou parcial deste Regimento Interno deverão ser apreciadas e votadas em reunião/sessão/consulta interna ou outro meio conveniente que viabilize sua efetiva apreciação e emissão de parecer pessoal dentre os conselheiros presentes à ocasião ou que tomaram ciência da matéria.

Art. 23. Este Regimento poderá sofrer alterações/atualizações quando ao menos dois terços ($\frac{2}{3}$) do total de membros/as do Conselho assim concordarem e tal feito deverá constar em ata convalidando as mesmas.

Art. 24. As questões omissas serão resolvidas pelo plenário do Conselho.

Art. 25. Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação revogadas as disposições em contrário.

Art. 26. Para os devidos fins, assinam subsequentes, todos os conselheiros presentes na sessão de aprovação do presente regimento, endossando-o.

Solonópole - CE, 28 de novembro de 2025.

Presidente Francisco Lopes Pereira Júnior
Vice-presidente Valter Diniz Nogueira
Secretário/a Geral Maria Tatiana Rodrigues das Silva
Membros José Roberto da Silva
Antônio Kevin Pinheiro da Silva
Maria Alexandra Silva
Antônia Maria da Silva Amorim



Conselho Municipal
de Educação - CME
Solonópolis

Amor e Espirito Santo

sem deixar de fora

Antônia Sônia Randido Lima

Maria Pauliane de Oliveira Pereira

Regina de Almeida Prudente Paula